



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEGUNDA CÂMARA

PROCESSO N° 10814/012267/92-20

Sessão de 29 de março de 1996 ACORDÃO N° 302-33.309

Recurso n°: 117.065

Recorrente: VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S/A / VASP

Recorrid ALF/AISP/SP

CONFERENCIA FINAL DE MANIFESTO.

1. A Folha de Controle de Carga (FCC) é no transporte aéreo, equivalente ao manifesto de carga a que se refere o artigo 522, III, do Regulamento Aduaneiro - Dec. nr. 91.030/85.

2. Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Conselheira relatora, que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, 29 de março de 1996.

ELIZABETH EMILIO DE M. CHIEREGATTO - Presidente

ELIZABETH MARIA VIOLATTO - Relatora

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
Coordenação-Geral de Representação Extrajudicial  
da Fazenda Nacional  
Em 09/04/1997

VISTO EM FUGA *mais uma vez*  
08 ADR 1527  
INÉS MARIA SANTOS DE SÁ ARAÚJO  
Procurador da Fazenda Nacional

Participaram, ainda, do presente julgamento os seguintes Conselheiros: UBALDO CAMPELLO NETO, LUIS ANTONIO FLORA, PAULO ROBERTO CUQU ANTUNES, HANRIQUE PRADO MEGDA, RICARDO LUZ DE BARROS BARRETO e ANTENOR DE BARROS L. FILHO.

MINISTERIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CAMARA  
RECURSO NR. 117.065  
ACORDAO NR. 302-33.309  
RECORRENTE: VIACAO AEREA SAO PAULO S/A - VASP  
RECORRIDA : ALF/AISP/SP  
RELATORA : ELIZABETH MARIA VIOLATTO

R E L A T O R I O

Narra o Auto de Infração a ocorrência de acréscimo de mercadoria relativamente ao manifesto, constatado em ato de Conferência final de manifesto.

Em consequência exige-se do transportador o recolhimento da multa capitulada no inciso III, do art. 522, do R.A.

Em defesa tempestiva, o sujeito passivo protesta contra a instrução processual que, deixando de apresentar o correspondente "AIR WAYBILL", dificulta à impugnante a apuração dos fatos.

Alega que na Folha de Controle de Carga não foi apontada qualquer irregularidade, o que implica a suposição de um possível equívoco quanto à autuação.

Em decisão proferida às fls. 8 à 11, a autoridade singular considerou procedente a ação fiscal, sob a garantia de que a ausência de indicação do conhecimento aéreo esta suprida pela referência ao Termo de Entrada, constante do Auto de Infração, e que a FCC sem averbação de irregularidade, não pressupõe sua incorrencia.

Em recurso tempestivo, o sujeito passivo acusa, em preliminar, que a apuração da Infração através de vistoria aduaneira, e não em ato de Conferência Final de Manifesto, próprio para tal fim, é por si só suficiente para garantir a improcedência do feito.

Argumenta, com relação ao mérito, que se a documentação necessária não tivesse sido apresentada, as mercadorias não teriam sido liberadas, como de fato o foram.

Acusa a fiscalização, por não ter-lhe sido dado a oportunidade de apresentar a documentação que julgasse necessária.

Por tais razões, pede provimento ao recurso.

E o relatório. *fi*

Rec. 117.065  
Ac. 302-33.309

V O T O

O artigo 522, inciso III, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nr. 91.030/85, prevê a cominação da penalidade ali descrita, para os casos de falta de manifesto ou documento equivalente.

No presente caso a Folha de Controle de Carga (FCC) é documento equivalente ao manifesto de carga, portanto hábil para documentar o transporte das mercadorias, cujo acréscimo foi acusado, justamente, face à ausência do referido manifesto.

Observe-se que a FCC, de fl. 02, não apresenta a irregularidade apontada.

Sendo assim, voto no sentido de dar provimento ao Recurso.

Sala das Sessões, de 29 de março de 1996.

  
ELIZABETH MARIA VIOLATTO - Relatora